

Terça, 06/12/2016-nº1390

# QUARTA TEM DEBATE SOBRE A PEC QUE CONGELA INVESTIMENTO PÚBLICO

Nesta quarta-feira, 7, às 16 horas, no prédio das Varas do Trabalho (av. Beira-Mar Norte), o assessor econômico do Sintrajusc, Washington Luiz Moura Lima, fará palestra sobre os impactos da PEC55/2016 no orçamento do Judiciário Federal em Santa Catarina.

Em nível nacional, o estudo mostra que, se tal proposta estivesse em vigor nos últimos 15 anos, o orçamento do Poder Judiciário Federal teria sido R\$ 13,5 bilhões menor em 2016 – uma retração de mais de um terço (35,65%).

A PEC 55, que tramitou como PEC 241 na Câmara dos Deputados, já foi aprovada em primeira votação no Senado. A segunda votação será no dia 13 de dezembro. Foram 61 votos a 14. Os três senadores catarinenses, Dário Berger (PMDB), Paulo Bauer (PSDB) e Dalirio Beber (PSDB) foram favoráveis à mudança na Constituição.

A proposta estabelece limites de gastos individualizados para os órgãos dos Três Poderes, do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Caso a soma dos gastos primários autorizados no orçamento anual exceda o limite, o órgão ou poder

ficam impedidos de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos. Também fica vedada a criação de cargo, emprego ou função, assim como a realização de concurso público e a admissão de pessoal.

A PEC 55, no entanto, não impõe limites para as despesas com juros pagos aos credores das dívidas públicas e define como exceções do teto as despesas das chamadas estatais "não dependentes", o que, na verdade, significa uma autorização para essas empresas gerarem mais dívida pública.

A proposta vai além da simples mudança no regime fiscal da União. Também impõe uma das mais importantes alterações no modelo de Estado desenhado pela Constituição de 1988, obrigando modificações em diversos artigos constitucionais e leis ordinárias que regem programas de governo e suas metas, com em saúde e educação. As mudanças nas leis nacionais, estaduais e municipais serão obrigatórias para enquadrar na nova regra os orçamentos de todas as instâncias de poder.

É importante participar do debate para saber o tamanho do impacto no Judiciário de SC e a articulação que está sendo feito para barrar a proposta.

## **16 horas no prédio das Varas**

### **Palestrante: economista Washington Luiz Moura Lima**

**Transporte sai às 15h30 da Justiça Federal e passa nos Gabinetes da Rio Branco e no TRT Esteves Jr.**

# Sindicato leva aos Tribunais a preocupação com destino das sobras orçamentárias

A diretoria do Sintrajusc agendou reunião com a Administração do TRE-SC e da Justiça Federal para conversar sobre o destino das sobras orçamentárias de 2016 e as possibilidades de pagamento de passivos dos servidores. Na quarta-feira, 7, a reunião será às 14 horas na JF; na quinta, 8, às 16 horas, a pauta será levada ao TRE-SC.

A preocupação é pelo fato de a PEC 55, já aprovada na Câmara dos Deputados e, em primeira votação, no Senado, limitar os gastos com as despesas primárias, a partir de 2017, ao valor do ano anterior, no caso 2016, apenas pela correção do IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor aplicado pelo IBGE, por um período de 20 anos. Entre outros graves problemas provocados pela medida, uma delas é que gastos imprevistos não serão contemplados no orçamento.

A reunião com a Administração do TRT-SC foi na quinta-feira. Participaram, pelo Sindicato, a coordenada jurídica Denise Zavarize e o assessor econômico Washington Luiz Moura Lima. O presidente do Tribunal, desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone, informou que o TRT-SC está tomando as medidas para que não haja sobras orçamentárias, aplicando todos os recursos para evitar devolução aos cofres públicos. Este movimento está ocorrendo em todos os Tribunais, que, se não se planejarem, correm o risco de ver os orçamentos despencarem em 2017. Da forma como está, o orçamento para 2017 do TRT-SC não garante nem mesmo a totalidade do valor das parcelas de 2017 do reajuste dos servidores, as quais irão depender de interpretação da PEC 55, se ela passar no Senado, visto que o reajuste foi concedido antes da vigência da futura lei, apesar de



No TRT-SC, pressa para evitar ainda mais prejuízos com a PEC55 parte das parcelas ser posterior a ela. Entre outras providências para evitar ainda mais prejuízos, a Administração do TRT-SC, assim como a de outros Tribunais, disse que está buscando negociar para que os valores obtidos com os depósitos judiciais na Caixa e no BB não sejam considerados como parte do teto de gastos, tendo desta forma alguma margem de manobra para movimentar recursos, porque se trata de receita gerada pelo próprio tribunal, com valor dependente do andamento processual, e não da União. Há cerca de três meses a demanda foi levada ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas ainda não há resposta neste sentido.

Outra preocupação foi em relação às consequências da unificação do PJe e do e-Gestão, que levará a mudança na contagem de prazos nos Tribunais. Passará a valer a data de ingresso do processo no sistema, mudança feita em nome da produtividade, sem levar em conta a saúde dos servidores. O Sindicato vai levar a questão aos demais Tribunais para avaliar ações unificadas junto à Coordenadoria Nacional do PJe-JT e o Comitê Gestor Nacional do e-Gestão.

## "Sintrajusc Legal" estará hoje em Navegantes

O Sindicato dá continuidade ao programa "Sintrajusc Legal", que está percorrendo as cidades do estado para conversar com os servidores sobre questões jurídicas em geral e tirar dúvidas a respeito de ações que tramitam na justiça e afetam direitos dos servidores.

A cada conversa estão presentes coordenadores

do Sindicato e representantes da Assessoria Jurídica. Nesta terça-feira, dia 6, a visita será a Navegantes, com agenda na Justiça do Trabalho (12h30 horas).

As reuniões já ocorreram em Criciúma, Itajaí, Balneário Camboriú, Indaial, Blumenau, Joinville, São José, Brusque, Palhoça, Jaraguá do Sul e Lages.